

**A. I. N°** - 124740.0011/03-9  
**AUTUADO** - ERMOR TABARAMA TABACOS DO BRASIL LTDA.  
**AUTUANTE** - AUGUSTO CÉSAR PINTO PAES NUNES  
**ORIGEM** - INFAZ CRUZ DAS ALMAS  
**INTERNET** - 06.02.04

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0006/01-04

**EMENTA:** ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a) MATERIAL DE USO E CONSUMO. Imputação parcialmente reconhecida pelo sujeito passivo. Concordância do fisco quanto à insubsistência dos valores remanescentes. b) BENS DO ATIVO PERMANENTE. Débito lançado indevidamente. 2. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. a) AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MATERIAL DE CONSUMO. Infração reconhecida pelo contribuinte. b) AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE BENS PARA O ATIVO PERMANENTE. Infração inexistente. 3. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DMA. DECLARAÇÃO INCORRETA DE DADOS. MULTA. Fato admitido pelo sujeito passivo. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/9/03, apura os seguintes fatos:

1. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a material adquirido para uso e consumo do estabelecimento, sendo lançado pelo fisco o imposto no valor de R\$ 217,80, com multa de 60%;
2. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas para integrar o ativo permanente do estabelecimento, sendo lançado pelo fisco o imposto no valor de R\$ 363,20, com multa de 60%;
3. falta de pagamento da diferença de alíquotas relativamente a mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação, destinadas a consumo do estabelecimento, tendo o fisco lançado ICMS no valor de R\$ 290,50, mais multa de 60%;
4. falta de pagamento da diferença de alíquotas relativamente a mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação, destinadas ao ativo permanente do próprio estabelecimento, tendo o fisco lançado ICMS no valor de R\$ 693,50, mais multa de 60%;
5. prestação de declarações incorretas de dados na DMA – multa de R\$ 140,00.

O contribuinte impugnou a autuação, observando que os débitos são de pequeno valor, como se a fiscalização, à míngua de qualquer coisa séria a autuar, se sentisse na obrigação de fazê-lo. Reconhece, no item 1º, ser devedor da quantia de R\$ 20,40, relativamente à Nota Fiscal 2717 de Ermor Tabarama Tabacos. Quanto aos demais valores do item 1º e dos itens 2º e 4º, declina, caso a caso, as razões por que considera não serem devidos. Declara reconhecer as infrações de que cuidam os itens 3º e 5º. Juntou documentos.

Ao prestar a informação, o fiscal autuante declara sua concordância com a defesa. Atribui os equívocos do levantamento fiscal ao tipo de procedimento que foi adotado, seguindo os roteiros de “monitoramento”.

## VOTO

Tendo em vista que o fiscal concorda, na íntegra, com os argumentos e provas apresentados pela defesa, está encerrada a lide. Remanesce no item 1º a quantia de R\$ 20,40. Mantêm-se os itens 3º e 5º. Caem os itens 2º e 4º.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **124740.0011/03-9**, lavrado contra **ERMOR TABARAMA TABACOS DO BRASIL LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 310,90**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, incisos II, “f”, e VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais, além da multa de **R\$ 140,00**, prevista no art. 42, XVIII, “c”, da supramencionada lei, devendo ser homologada a quantia já paga.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de janeiro de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA